

arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngüe



aape | epaa

Arizona State University

Volume 27 Número 92

12 de agosto 2019

ISSN 1068-2341

A Organização Sindical de Professores das Redes Municipais de Ensino do Paraná: Um Mapa da Relação entre a Representação Sindical e a Remuneração Docente¹

Andréa Barbosa Gouveia

Universidade Federal do Paraná
Brasil

Citação: Gouveia, A. B. (2019). A organização sindical de professores das redes municipais de ensino do Paraná: Um mapa da relação entre representação sindical e a remuneração docente. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 27(92). <https://doi.org/10.14507/epaa.27.4239>

Resumo: O artigo analisa a estrutura sindical do magistério público municipal nas 399 cidades do Paraná e caracteriza as condições de remuneração nos anos de 2008 e 2016, a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Investiga a organização sindical como componente político para compreender as variações nas condições de valorização docente, identificando quatro tipos de organização: sindicatos próprios, sindicatos de servidores públicos, filiação ao sindicato estadual, e sindicatos intermunicipais. Argumenta-se que o mapeamento contribuiu para alargar a compreensão do sindicalismo docente, tanto em relação à estrutura sistêmica (Habermas, 1999) de exploração do trabalho quanto à organização do sistema de ensino. Entre as evidências relativas à remuneração, destaca-se o crescimento da média de remuneração dos professores, no período que marca um breve ciclo de políticas de valorização docente e a diversidade de formas de organização sindical nos municípios paranaenses.

Palavras-chave: sindicalismo docente; remuneração docente; políticas educacionais

¹ Pesquisa financiada pelo CNPQ no âmbito do Edital Bolsa Produtividade 2014.

The organization of the teachers' unions in the Paraná Municipal Education System: Mapping the relation between union representation and teacher remuneration

Abstract: The paper analyses the structure of public teachers' unions in the 399 cities in the Brazilian state of Paraná and characterizes the conditions of teachers' remuneration in the years 2008 and 2016, based on Annual Social Information Relation (RAIS) data. It assumes the organization of the unions as a political component, in order to understand the variations in the conditions of teachers' valorization, by identifying four kinds of organization: own unions, public servants' unions, affiliation to the state union, and intermunicipal unions. The mapping has contributed to broaden the understanding of teachers' unionism, both in relation to the systemic structure (Habermas, 1999) of work exploration and the organization of the education systems. Among the evidences regarding remuneration is the growth of the teachers' average pay in the period that marks a brief cycle of teachers' valorization policies and the diversity of forms of union organization in the municipalities of Paraná.

Keywords: teachers' unionism; teachers' remuneration; education policies

La organización sindical de profesores de las redes municipales de enseñanza del Paraná: Un mapa de la relación entre la representación sindical y la remuneración docente

Resumen: El artículo analiza la estructura sindical del magisterio público municipal en las 399 ciudades de Paraná y caracteriza las condiciones de remuneración en los años 2008 y 2016, a partir de datos de la Relación Anual de Informaciones Sociales (RAIS). Investiga la organización sindical como componente político para comprender las variaciones en las condiciones de valorización docente, identificando cuatro tipos de organización: sindicatos propios, sindicatos de servidores públicos, afiliación al sindicato estatal, y sindicatos intermunicipales. Se argumenta que el mapeo contribuyó a ampliar la comprensión del sindicalismo docente, tanto en relación con la estructura sistémica (Habermas, 1999) de explotación del trabajo como con la organización del sistema educativo. Entre las evidencias relativas a la remuneración, se destaca el crecimiento de la media de remuneración de los profesores, en el período que marca un breve ciclo de políticas de valorización docente y la diversidad de formas de organización sindical en los municipios paranaenses.

Palabras-clave: sindicalismo docente; remuneración docente; políticas educativas

Introdução

Este artigo parte do pressuposto de que as condições de remuneração dos professores têm relação com a capacidade financeira dos municípios brasileiros, mas não se explica exclusivamente por tal relação. As condições de valorização docente e, especialmente, as condições de remuneração têm também componentes políticos que podem se referir à composição dos governos, pressão social e organização dos professores (Camargo, Gil, Gouveia & Minhoto, 2009). A partir da preocupação com a dimensão política em que está imersa a construção das condições de remuneração docente no âmbito municipal, o artigo divulga resultados de pesquisa que fixou como problema a organização sindical dos professores paranaenses nas redes municipais de ensino. Para esse fim, propôs mapear e analisar a estrutura sindical recente do magistério público, nos 399 municípios paranaenses, ou seja, construir um mapa que revelasse, no ano de 2017 (ano da finalização da coleta de dados), o que era a organização sindical dos professores paranaenses que atuavam nas redes municipais. À questão de como os professores estão organizados, agregaram-se objetivos de compreender como tem ocorrido a valorização do magistério, especificamente no que se refere às condições de remuneração. Por esse

motivo, mapeou-se também o padrão de vencimento inicial na carreira do magistério frente à legislação do Piso Salarial Profissional Nacional, a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de forma a identificar a ampliação ou não das condições de valorização no período recente. Considerando-se o potencial de dados da RAIS, fez parte da análise a média geral da remuneração que, de forma comparativa à média de remuneração inicial, pode sinalizar a existência de planos de carreira nos diferentes sistemas de ensino.

Procurou-se, assim, investigar o tema da organização dos professores em termos sistêmicos (Habermas, 1999), tendo em vista o peso tanto da lógica sistêmica da estrutura educacional, em que se efetivam os vínculos empregatícios dos docentes, como a lógica sistêmica de organização sindical brasileira, porém considerando que o mundo da vida (Habermas, 1999) em que os sujeitos estão imersos pode imprimir contornos diferentes para a sua organização. Para se apresentarem os resultados da pesquisa, é preciso começar com os desafios metodológicos do percurso e com as decisões tomadas que levaram à construção desse panorama, dadas as dificuldades para a identificação das formas de organização sindical em todos os municípios. Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo que coteja dados categoriais da existência de sindicatos e sua tipologia com dados contínuos de remuneração docente.

Tratar dos desafios metodológicos de forma detalhada constitui parte do que se assume, aqui, como compromisso ético do pesquisador, pois pode assegurar nos termos das recomendações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) condições “para a reprodutibilidade independente de sua pesquisa” (CNPq, 2018), um dos componentes das diretrizes básicas para a integridade na atividade científica. Realçam-se dois elementos definidores dos resultados da pesquisa: o mapeamento das entidades sindicais nos 399 municípios do estado do Paraná, que exigiu fontes primárias, e o tratamento e a organização de dados de fontes secundárias, para caracterizar a remuneração inicial e a remuneração média geral dos professores municipais.

O primeiro desafio, referente à identificação das entidades sindicais, demandou a articulação de várias estratégias de busca de informações e de fontes: páginas dos sindicatos na rede mundial de computadores; blogs ou perfis nas redes sociais das entidades sindicais; consulta ao sindicato estadual de professores, que representa parte dos professores das redes municipais; contato telefônico com prefeituras; e duas consultas ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Na primeira consulta realizada ao MTE, solicitaram-se apenas dados de sindicatos de professores, o que resultou em um retorno muito pequeno de sindicatos. Na segunda, pediu-se a lista de registro de sindicatos de professores, do magistério, ou sindicatos de servidores municipais, o que ampliou significativamente o mapeamento. As informações coletadas foram cotejadas e organizadas em um banco de dados. O mapeamento conduziu à identificação da organização sindical de professores, independente ou articulada com servidores públicos municipais, em 277 cidades paranaenses, ou seja, 69% dos municípios. Não se viabilizaram informações em 122 cidades (31%).

O segundo desafio, relativo aos dados da RAIS, implicou maior esforço de extração de itens de informação, seleção de variáveis e decisões sobre a preparação das variáveis. Para a extração dos dados de vínculos de professores, utilizaram-se os códigos dos professores da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), quanto à ocupação “professor”, considerando-se a atuação na educação básica, em todas as etapas e modalidades, e todos os tipos de formação. Foram extraídos 46 códigos de ocupações, considerando apenas os vínculos ativos, de empregadores na Dependência Administrativa Municipal, e as seguintes variáveis: remuneração média nominal, carga horária do contrato de trabalho e tempo no emprego. Os dados foram reunidos por município, mantendo-se a informação de quantos vínculos havia em cada um. O agrupamento foi feito de duas formas: primeiramente, a média de todos os vínculos e, depois, uma seleção de vínculos com até três anos de trabalho. Isso gerou variáveis de médias para o total de vínculos por município, referentes à remuneração, à carga horária de contrato e ao tempo de serviço, assim como variáveis de média para

os iniciantes (vínculos até três anos), da remuneração, da carga horária, do contrato de trabalho e do tempo de serviço. A perspectiva foi aproximar-se de uma leitura das condições iniciais da carreira, em que a definição do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) pode ter efeitos, além da análise das condições de cumprimento da carreira, mediante o cotejamento entre a média de remuneração inicial e a média geral. A análise priorizou a comparação entre os anos de 2008 e 2016. O primeiro marca a aprovação da Lei do PSPN; o segundo é o último ano com dados da RAIS disponíveis, mas também é um ano com mudanças profundas na lógica de investimento público em políticas sociais decorrentes da aprovação, em âmbito federal, da Emenda Constitucional 95/2016. Assim, entende-se que o recorte temporal proporciona a análise de um ciclo de organização e valorização docente que pode estar se encerrando.

Com essas notas prévias sobre a metodologia desenvolvida, o artigo subdivide-se em três sessões: um debate sobre o mapa do sindicalismo docente de professores municipais; um debate sobre as condições de valorização da remuneração de professores no Paraná entre 2008 e 2016; e um debate que coteja organização sindical e remuneração de professores à guisa de considerações finais.

O Mapa do Sindicalismo Docente no Paraná

Uma das características do sindicalismo docente evidenciada na literatura (Ferraz & Gouveia, 2012; Gindin, 2015) é a diversidade interna da categoria, que decorre de pelo menos três ordens de fatores: formação acadêmica, natureza do trabalho docente e tipo de empregador. No que se refere à formação acadêmica, conflitos entre professores primários sem formação de ensino superior e professores licenciados não são exclusivos da trajetória brasileira. Por exemplo, no caso comentado por Amaoko (2014) acerca sindicalismo de Gana, manifesta-se o peso da formação na construção da organização docente. No caso brasileiro, essa diversidade pode ser entendida com o conhecimento da longa trajetória associativista dos docentes, que se construiu antes da legalização dos sindicatos docentes², a partir da identidade de formação dos professores (Vicentini & Lugli, 2009), que resultou em associações de docentes por disciplina, ou diferenças entre associações de especialistas (supervisores, orientadores escolares) e professores, constatando-se diferentes conflitos para a unificação das demandas.

No tocante à natureza do trabalho docente, Vieira (2007) investiga os conflitos decorrentes de uma profissão que se proletariza com a expansão do sistema de ensino, convertendo-se em trabalhadores assalariados, porém, com marcas de resistência à forma classista de organização. O fator do tipo de empregador evidencia-se na fragmentação entre sindicatos de representação entre as redes públicas e as instituições privadas, até debates mais recentes sobre a contratação de professores por mecanismos que driblam as relações de sindicalização, como é o caso norte-americano das Charter Schools (Cook, 2018). A questão do tipo de empregador relaciona-se ao vínculo ao sistema público ou privado, mas também no sistema público brasileiro, conecta-se, ao ente federado em que o professor está empregado. Nesse último caso, um dos elementos-chaves para pensar o sindicalismo docente é a sua dependência das políticas educacionais, que determinam o recrutamento e a distribuição dos postos de trabalhos de professores. Portanto, também influenciam as condições de trabalho e a organização desses trabalhadores. Com o propósito de compreender a diversidade da categoria, que pode influenciar a estrutura de organização sindical, empreende-se o mapeamento do sindicalismo docente no Paraná.

Apesar de o preceito constitucional da unicidade sindical determinar a existência de um único sindicato por município e por categoria profissional ou econômica, a organização sindical dos

² Os professores dos sistemas públicos de ensino não podiam ser sindicalizados até a Constituição Federal de 1988. A sindicalização dos servidores públicos, de maneira geral, depende da aprovação do preceito de 1988.

professores insere-se nesse contexto, com algumas ambiguidades (Ferraz, 2012), que têm efeitos sistêmicos sobre a organização da estrutura sindical. Na sua condição de servidor público, os professores estão, ao mesmo tempo, contidos no ramo do serviço público e no ramo da educação, o que abre mais de uma possibilidade de estrutura sindical. Como o sindicalismo do setor público ficou fora da regulação estatal estrita, constituiu-se como um “sindicalismo livre”, nos termos de Ferraz e Gindin (2014). Descrever as características locais da estrutura sindical pode trazer elementos para entender melhor o sindicalismo específico de professores da educação básica e problematizar os arranjos específicos e as tensões potenciais internas e externas à categoria. Com esta preocupação de que a estrutura sindical de professores se constitui mais como um “sindicalismo livre” tomou-se como hipótese que as organizações locais respondem à lógica sistêmica nos termos habermasianos, adequando-se à estrutura sindical brasileira, mas as razões para as opções entre os tipos de organização só poderiam ser compreendidas à luz de referências locais próprias do âmbito do mundo da vida que não são objeto desta pesquisa. O cotejamento dos dados pretende mapear o associativismo docente no Paraná à luz da estrutura sistêmica sindical e de organização dos sistemas municipais de ensino brasileiros.

A partir dos dados da tabela 1, identifica-se, no Paraná, a organização sindical de professores em 277 municípios. Para uma primeira aproximação da forma de distribuição da organização nos diferentes municípios, optou-se por considerar a média da população municipal em que se encontrou, ou não, a organização sindical de professores.

Tabela 1

Média da População em municípios com Representação de Professores Identificada ou não, Paraná, 2017

Existe informação sobre sindicato	N	Média da População	Desvio Padrão da População	Mínimo	Máximo
Sem informação	122	8.657	7.223	1.500	38.385
Tem organização sindical	277	35.976	123.953	1.424	1.848.946
Total	399	27.623	104.064	1.424	1.848.946

Fonte: IBGE (2010); BANCO DE DADOS (2017)

Nos municípios sobre os quais não se identifica a organização sindical de professores, a média da população é de cerca de 8.000 habitantes. Essa primeira visualização leva a uma problematização da estrutura das pequenas redes de ensino no estado, apesar de o desvio padrão ser muito grande: apenas nos municípios sem informação sobre organização sindical dos professores, 75% têm menos de 11 mil habitantes. Em pequenos municípios, há um número menor de população escolar, de escolas e, conseqüentemente, uma menor concentração de profissionais. Certamente, entender como se dá, nesses pequenos municípios, a relação entre demandas trabalhistas, salariais e de condições de trabalho é um tema interessante, porém não é escopo deste artigo. Aqui, interessam os municípios em que se identifica representação sindical. A média populacional de tais municípios é de mais de 30 mil habitantes.

Em estudo anterior, especificamente sobre a Região Metropolitana de Curitiba, Ferraz e Gouveia (2012) haviam listado três formas de organização dos trabalhadores em educação: sindicatos próprios, sindicatos de servidores públicos municipais, e filiação à APP-Sindicato estadual³. Neste mapeamento do conjunto do estado, identificaram-se também sindicatos de representação intermunicipal. A representação via APP-Sindicato assume duas formas específicas:

³ APP Sinditado dos Trabalhadores da Educação do Estado do Paraná: sindicato de base estadual que reúne trabalhadores da educação (docentes e não docentes) e trabalhadores da educação municipal onde não exista organização municipal específica, representa a educação básica,

filiação ao sindicato estadual dos professores municipais, com a organização de Comissões Locais de Negociação; e filiação dos professores municipais em Associações Municipais parceiras da APP-Sindicato. A tabela 2 demonstra a média da população considerando, especificamente, o tipo de representação sindical.

Tabela 2

Média de população em municípios do Paraná por tipo de organização sindical, 2017

Tipo	Média	N	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Sem informação	8.657	122	7.222	1.500	38.385
Associada à APP-Sindicato	14.479	193	17.131	1.424	112.198
Sindicato Intermunicipal	20.992	11	16.773	4.138	55.467
Sindicato próprio de servidores	60.919	62	96.991	2.570	537.566
Sindicato próprio de professores	287.527	11	527.373	10.548	1.848.946

Fonte: IBGE (2010); BANCO DE DADOS (2017)

Os dados expõem a presença de sindicatos próprios de professores nos grandes municípios: a média da população, nesse bloco, é de mais de 280 mil habitantes. São 11 casos de sindicatos exclusivamente de professores, ou do magistério, no estado: Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária, Sindicato do Magistério Municipal de Campo Largo, Sindicato dos Professores da Rede Pública do Município de Cascavel, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Colombo, Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba, Sindicato dos Professores Municipais de Dois Vizinhos, Sindicato dos Professores do Ensino Público Municipal de Foz do Iguaçu, Sindicato dos Servidores Públicos do Magistério de Mandirituba, Sindicato dos Professores Municipais de Palmas, Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Paranaguá, e Sindicato dos Professores Municipais de Santa Tereza do Oeste. Sete deles constam da lista fornecida pelo Ministério do Trabalho, com CNPJ, confirmando o registro sindical regular. Os outros quatro sindicatos não estão informados pelo MTE, o que pode significar que ainda estão em processo de tramitação do registro sindical, ou que exista um problema na relação fornecida pelo MTE. Em dois casos, Paranaguá e Colombo, há informação de um sindicato de servidores públicos registrado no MTE. Para todos os sindicatos próprios de professores, há dados informativos na Rede Mundial de Computadores, o que comprova a sua existência nas cidades.

Tendo-se em pauta o debate sobre a diversidade de interesses na construção da categoria docente, elencam-se as definições das bases de filiados dos sindicatos próprios de professores ou do magistério: professores e pedagogos (Araucária); profissionais que atuam na área educacional (Campo Largo); professores municipais (Cascavel, Dois Vizinhos, Foz do Iguaçu, Mandirituba, Palmas, Paranaguá); trabalhadores em educação pública da rede municipal de ensino (Colombo); professores, orientadores educacionais, supervisores escolares da rede municipal (Curitiba) e todos os professores que exercem funções no magistério público municipal, estatutários ou contratados nas áreas de educação do município (Santa Tereza do Oeste). Essas definições da base podem deixar sujeitos que atuam com a docência na educação infantil de fora da representação. Especificamente, isso ocorre em Curitiba e em Araucária, onde os docentes da educação infantil são representados pelo sindicato de servidores públicos, ou podem incluir, além dos docentes, os funcionários de escola, o que pode ser o caso da definição da base como trabalhadores em educação pública, encontrada em Colombo.

Os sindicatos de servidores públicos municipais tendem a estar na segunda faixa de grandes municípios, segundo os dados da tabela 2. A média de habitantes nos municípios em que a organização de professores se faz presente é próxima de 60 mil. 90% dos municípios paranaenses têm menos de 60 mil habitantes, por isso ainda se afirma que os sindicatos próprios de servidores

estão em grandes municípios. Entre os municípios em que a representação sindical de professores é feita em conjunto com os demais servidores, estão 17 cidades com mais de 60 mil habitantes. Nesse conjunto, do total de 62 casos, apenas cinco não tinham Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) informado na relação fornecida pelo MTE.

As definições das bases de sindicalizados são bastantes amplas; na maioria, estão contidas no termo geral de servidores públicos municipais. Porém, há sindicatos municipais que especificam os vínculos dos servidores públicos (celetistas e estatutários). Em algumas instâncias, os sindicatos representam tanto os servidores do executivo quanto do legislativo; em outras, há uma identificação específica dos professores, como em Apucarana e Guarapuava. Isso pode sugerir algum tipo de presença mais efetiva dos professores nas direções dos sindicatos no momento do registro no Ministério do Trabalho, ou da definição dos estatutos.

Os sindicatos de tipo intermunicipal congregam 11 cidades. Porém, são efetivamente dois sindicatos: Sindicato do Magistério Municipal de União da Vitória e Região e Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rio Branco e Itaperuçu. Os dois não foram localizados na lista fornecida pelo MTE, mas o Sindicato de União da Vitória e Região forneceu aos pesquisadores a carta sindical.

Finalmente, a articulação com a APP-Sindicato predomina em municípios pequenos, mas também abarca alguns com mais de 100 mil habitantes. A média dos municípios em que a representação é feita com a sindicalização diretamente ao sindicato estadual é de cerca de 14 mil habitantes. Dos 193 municípios que a APP-Sindicato representa, 133 têm menos de 14 mil habitantes, o que sugere que a articulação estadual é forte na organização dos professores nas pequenas redes. Quando a organização é feita pelo sindicato estadual, os professores municipais se filiam diretamente à APP-Sindicato, conforme disposição estatutária (APP-Sindicato, 2012). No âmbito dos municípios, a APP tem uma organização de base denominada Comissões de Negociação, com uma média de seis pessoas, que varia de uma, em seis municípios em 2017, até mais de 20 pessoas, em 26 municípios. Esta é uma informação interna do sindicato estadual, fornecida pela “Secretaria de Assuntos Municipais”. Em termos de definição da base, a APP-Sindicato congrega “professores/as, funcionários/as, professores/as pedagogos/as, orientadores/as educacionais, supervisores/as escolares, administradores/as escolares e demais funções análogas, das redes públicas estadual e municipais de educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio), em todas as suas modalidades, da ativa e aposentados, independente do regime jurídico” (APP, 2012).

Essa primeira aproximação com a organização sindical dos professores no Paraná leva a reafirmar, em certa medida, a perspectiva de Avritzer (1996) sobre a força associativa, no Brasil, no processo de democratização a partir do final dos anos 1970, processo que tensionou os limites impostos pela ação sistêmica, tanto do Estado quanto do mercado. No tema específico do sindicalismo docente, toma-se como hipótese que, no mundo da vida, as formas de socialização, que levam à organização da categoria, vão se moldando à estrutura disponível, mas não se vergam completamente a essas regras. As formas de socialização, que favorecem a organização sindical dos docentes no âmbito de cada município, respondem, em parte, à estrutura sindical existente, mas também, em parte, aos arranjos locais dos sistemas de ensino e aos processos de socialização, que permitem a construção de um significado compartilhado para cada organização (Habermas, 1999). As razões pelas quais, nas práticas cotidianas, os docentes constroem a sua representação como professores, ou como servidores, parecem responder aos sistemas normativos disponíveis, tanto na estrutura sindical como na estrutura do sistema de ensino, mas também nas formas de socialização e construção de coletivos em cada contexto local.

As Condições de Remuneração dos Professores no Paraná

Sindicatos são instituições por natureza corporativas, o que significa que são voltadas à razão primeira da proteção dos sujeitos representados. Ainda que uma das características do sindicalismo docente, segundo diferentes autores, seja a ampliação da agenda corporativa pela defesa da política pública educacional (Gindin, 2012, Vieira, 2007), é inegável que, de forma corporativa ou de forma articulada à efetividade da política educacional, a questão da remuneração docente é um elemento central na agenda sindical. Assim, esta sessão expõe, novamente, um mapa com indicadores quantitativos sobre o perfil de remuneração dos professores nas redes municipais paranaenses, tomando o “tipo de organização sindical” como uma variável independente, que pode ajudar a compreender o contexto da remuneração. Ela certamente não esgota as condições, mas será aqui a principal variável de controle.

O tema da remuneração docente tem ampliado a sua relevância no campo de estudos de política educacional no Brasil, passando de um elemento que compõe o debate sobre condições de qualidade ou sobre diferentes aspectos da valorização docente, para ser objeto específico de pesquisas a partir de múltiplas abordagens, das quais se destacam algumas. Adotando a abordagem histórica e documental, Camargo e Jacomini (2011) fazem um mergulho na normatização sobre carreira e remuneração docentes, recuperando documentos importantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e reconstruindo a trajetória da legislação nacional para a temática. Caetano (2017) acompanha a história da remuneração docente em Minas Gerais desde o período imperial e flagra, nesse processo, diferenças entre tipos de vínculos de concursados e não concursados, diferenciação pela formação específica, e controle das ações dos professores por meio do corte de salários. A abordagem de avaliação de políticas de remuneração é a perspectiva com maior volume de produção. São exemplos: Cassetari (2010), a partir da revisão sistemática sobre os conceitos de remuneração, faz uma avaliação da política de bônus em São Paulo; Alves e Pinto (2011), baseando-se em dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), analisam a remuneração de professores em cotejamento com outros profissionais com a mesma formação; Gouveia e Bassi (2016) examinam a trajetória da remuneração de professores da educação básica nos estados do Paraná e de Santa Catarina, considerando as condições orçamentárias estaduais.

Sem a pretensão de esgotar a caracterização dos estudos, localizou-se, na literatura internacional, a partir da revisão sistemática da produção de 5 anos, um amplo rol de pesquisas com foco no tema da remuneração e sindicalismo docente. Liang, Zhang, Huang e Qiao (2015) comparam as diferenças de remuneração entre distritos e a posição dos sindicatos americanos, ressaltando que: “teachers’ unions tended to support incentive pay programs that were based on additional qualifications or duties, but tended to discourage programs that directly rewarded teachers for improved student test scores” (Liang et al., 2015, p. 5)⁴. Outro viés a realçar é o das formas de composição da remuneração. O estudo de Morduchowicz (2003) sobre as formas de definição de carreira e remuneração na América Latina e o de Harris (2007) sobre as melhores maneiras de remunerar professores são dois trabalhos importantes para apreender o contexto das disputas sobre as formas de definição de carreira com impactos na remuneração de professores.

Este artigo incorpora-se às investigações que veem a remuneração como objeto de estudo. A ação sindical sobre o tema é um elemento político importante destacado aqui nas lutas que se travam

⁴ Os sindicatos de professores tendiam a apoiar programas de remuneração de incentivos baseados em qualificações ou deveres adicionais, mas tendiam a desencorajar programas que recompensassem diretamente os professores por melhores resultados nos exames dos alunos (tradução da autora).

nos contextos locais, o que pode auxiliar a desvendar as nuances das condições de retribuição ao trabalho do professor.

No âmbito da literatura, concorrem os termos salários e remuneração. Decidiu-se manter, aqui, o termo mais restrito, remuneração, que se refere à retribuição do trabalho no setor público, como explicam Camargo, Gil, Gouveia e Minhoto:

O salário é definido juridicamente como uma retribuição paga diretamente pelo empregador ao empregado pelo tempo de trabalho realizado. Assim, só o montante pago pelo empregador a título de retribuição é considerado “salário” – nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Já o termo “vencimento” é definido legalmente (lei n. 8.112, de 11/12/1990, art. 40) como “retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei”. Os vencimentos dos cargos efetivos são irredutíveis e, para cargos de mesma atribuição ou de atribuição semelhante na mesma esfera administrativa, é garantida isonomia. O conceito de “remuneração”, por sua vez, pode ser definido como o montante de dinheiro e/ou bens pagos pelo serviço prestado, incluindo valores pagos por terceiros. A remuneração é a soma dos benefícios financeiros, dentre eles o salário, acordada por um contrato assinado entre empregado e empregador. O salário é, assim, uma parte da remuneração. No caso do magistério público, a remuneração é composta pelos vencimentos do cargo, acrescida de vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei. (Camargo et al., 2009, p. 342)

Nos dados da RAIS, estão a remuneração média dos professores e a remuneração básica do contrato de trabalho. Optou-se por trabalhar com a remuneração média, para aproximar o olhar sobre o que, efetivamente, os professores recebem para viver. De certa maneira, essas condições objetivas podem contribuir para a construção da necessidade subjetiva de adesão ou não à organização sindical.

Para iniciar o debate, cabe um quadro geral da remuneração média dos professores da educação básica no Paraná nos anos de 2008 e 2016. Os dados da tabela 3 sintetizam tais informações e incluem a jornada média dos docentes, um dos componentes fundamentais para entender a remuneração. O dado da remuneração média precisa levar em conta as diferenças de formação e de tempo de serviço dos professores, que são componentes dos planos de carreira com efeito sobre os proventos. Considere-se, inicialmente, que a informação do desvio padrão serve para chamar a atenção para elementos escondidos na enorme variação das condições de remuneração no estado.

Tabela 3

Remuneração média dos professores de educação básica nas redes municipais de ensino no Paraná, municípios agrupados por tamanho da população

Municípios por faixa de população	Remuneração 2008		Jornada 2008		Remuneração 2016		Jornada 2016	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP
até cinco mil	1.671,13	564,43	25,86	8,12	2.291,60	438,53	26,53	7,86
de 5 a 10 mil	1.672,65	419,06	26,58	8,42	2.326,85	442,84	25,54	7,52
de 10 a 20 mil	1.546,37	397,12	26,77	8,55	2.264,28	488,24	25,52	6,80
de 20 a 50 mil	1.596,78	433,79	25,58	7,99	2.310,82	416,91	24,89	6,22
mais de 50 mil	1.585,49	400,11	24,01	7,88	2.442,17	534,35	24,58	6,32

Fonte: RAIS (2008, 2012, 2016). Dados trabalhados pela autora.*Valores da remuneração padronizados com Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) 2017.

As informações da RAIS são sobre vínculos. Os professores podem ter mais de um vínculo de trabalho quando as jornadas são menores que 44 horas semanais. Definiu-se, na pesquisa, não padronizar a carga horária como outros trabalhos têm feito, pois, ao estudar um estado específico, pareceu mais interessante discutir a partir do padrão que emerge dos dados empíricos. A jornada média tende a expressar a variação em torno de contratos de 20 horas, jornada bastante comum no estado do Paraná. Os professores podem acumular duas jornadas de 20 horas, porém, sem a identificação exata de como a duplicação é feita, não se pode simplesmente dobrar as jornadas, pois o professor pode mudar de rede, de tipo de contrato, e de tempo de serviço. Todos esses elementos alteram o padrão de remuneração.

Os dados da tabela 3 mostram que, nas redes municipais, os professores tiveram aumento real na média de remuneração no período de 2008 a 2016, de 37% entre os menores municípios e de 54% entre os maiores. No entanto, o tamanho da população não é uma variável explicativa na variação das remunerações no estado. Tal constatação provoca a questão da relação entre a remuneração e o desenvolvimento econômico municipal. A tabela 4 exhibe uma síntese da média de remunerações de professores nas redes municipais do Paraná, cotejadas com faixas do Produto Interno Bruto (PI) *per capita*. Novamente não há evidências de uma variável explicativa forte na distribuição dos municípios por PIB *per capita*. As remunerações em 2008 e em 2016 têm as maiores médias nos municípios com menor PIB *per capita*. Além disso, o desvio padrão nas remunerações em cada faixa é grande, indicando a alta desigualdade entre todos os grupos de municípios.

Tabela 4

Remuneração média dos professores de educação básica nas redes municipais de ensino no Paraná, municípios agrupados por quintil do PIB per capita, RAIS

PIB <i>per capita</i> 2015 em quintis	Remuneração 2008		Remuneração 2016	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
até 19.189	1.680,63	462,47	2.380,15	489,36
de 19.189 até 23.183	1.596,04	433,78	2.274,30	437,37
de 23.193 até 27.908	1.654,88	420,42	2.287,91	544,20
de 27.908 até 36.005	1.620,77	526,94	2.298,29	357,58
mais de 36.005	1.554,47	422,97	2.301,24	450,15

Fonte: RAIS (2008, 2012, 2016). Dados trabalhados pela autora.*Valores da remuneração padronizados com INPC 2017.

Ainda buscando caracterizar a variação a partir de algum indicador econômico forte, a tabela 5 traz a média de remuneração a partir do PIB total corrente dos municípios, agrupados agora em quartis. Mantém-se a variação interna dos grupos sugerida pelo desvio padrão. Apesar de novamente evidenciar-se a maior média de remuneração no grupo de municípios no primeiro quartil de PIB corrente em 2008, houve alteração em 2016, quando os municípios do segundo quartil passaram a ter a maior média de remuneração. O menor crescimento da média de remuneração está no grupo de municípios do primeiro quartil do PIB corrente (33%).

Tabela 5

Remuneração média dos professores de educação básica nas redes municipais de ensino no Paraná, municípios agrupados por quartil do PIB corrente

PIB corrente em quartis		Remuneração 2008	Remuneração 2016	% 2008-2016
1° Quartil	Média	1.702	2.261	33%
	Número	95	100	
	Desvio Padrão	555	430	
2° Quartil	Média	1.601	2.376	48%
	Número	96	100	
	Desvio Padrão	399	467	
3° Quartil	Média	1.585	2.293	45%
	Número	95	89	
	Desvio Padrão	419	466	
4° Quartil	Média	1.593	2.308	45%
	Número	96	91	
	Desvio Padrão	428	469	
Total	Média	1.620	2.310	43%
	Número	382	380	
	Desvio Padrão	455	458	

Fonte: RAIS (2008, 2012, 2016). Dados trabalhados pela autora.*Valores da remuneração padronizados com INPC 2017.

O pressuposto adotado aqui é que nenhum dos indicadores, isoladamente, explica a variação na remuneração, pois é resultante das condições objetivas de desenvolvimento econômico e da variação de contextos políticos nas diferentes realidades locais. A insistência em apresentar os dados agrupados serve para compreender o contexto paranaense e leva a duas conclusões: há um ciclo de crescimento na remuneração de professores no período de 2008 a 2016 e grande variação interna nas condições de remuneração no estado do Paraná.

Uma das políticas emblemáticas no debate nacional no período foi a aprovação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) que, após ampla polêmica devido à ação de inconstitucionalidade movida por governadores de cinco estados, foi julgado constitucional em 2011 (Fernandes & Rodriguez, 2011). A defesa da ideia de PSPN e a mobilização pela sua implantação é uma pauta sindical forte na última década. Assim, procurou-se caracterizar as condições de remuneração dos professores iniciantes, com menos de três anos de trabalho, que potencialmente são o público-alvo da política do PSPN. Após três anos, o profissional termina o cumprimento do estágio probatório e, teoricamente, está apto a progredir na carreira. Novamente tomam-se as variáveis tamanho da população e faixa do PIB para agrupar os municípios.

Quanto aos dados dos municípios por tamanho da população, para os professores iniciantes, em 2008, as menores médias de remuneração estavam em pequenos municípios, que tiveram a maior diferença na média entre 2008 e 2016. É expressivo, em todos os agrupamentos, o crescimento das médias em alguns pontos percentuais a mais que a média de todos os professores informados na tabela 3, anteriormente.

Tabela 6

Remuneração média dos professores com até três anos de trabalho (iniciantes) de educação básica nas redes municipais do Paraná, agrupados por tamanho da população

Municípios por grupo de População		Remuneração		Crescimento 2008-2016
		2008	2016	
até cinco mil habitantes	Média	1.103,47	1.772,31	60,61
	Número	78,00	86,00	
	Desvio Padrão	266,78	425,16	
	Média	1.123,90	1.706,22	
de 5 a 10 mil habitantes	Número	78,00	87,00	
	Desvio Padrão	282,20	376,03	
	Média	1.166,22	1.603,48	37,49
	de 10 a 20 mil habitantes	Número	78,00	
Desvio Padrão		340,42	372,79	
Média		1.187,54	1.723,71	
de 20 a 50 mil habitantes		Número	53,00	56,00
	Desvio Padrão	282,79	395,56	
	Média	1.219,46	1.723,96	41,37
	mais de 50 mil habitantes	Número	27,00	
Desvio Padrão		434,15	351,42	
Média		1.148,30	1.700,42	
Total		Número	314,00	345,00
	Desvio Padrão	309,80	392,15	

Fonte: RAIS (2008, 2012, 2016). Dados trabalhados pela autora.*Valores da remuneração padronizados com INPC 2017.

A mesma situação pode ser constatada ao agrupar os municípios por quartil do PIB corrente. Os municípios com menor capacidade econômica reajustaram a remuneração dos professores iniciantes em 63,28%, em média, enquanto o crescimento do conjunto dos professores foi de 33%. Por outro lado, aumenta-se o desvio padrão, o que pode indicar muita variação na política de cada subgrupo de municípios.

Tabela 7

Remuneração média dos professores de educação básica no Paraná, municípios agrupados por quartil do PIB corrente

PIB corrente		Remuneração 2008	Remuneração 2016	Crescimento 2008-2016
1º quartil	Média	1.095	1.788	63,28
	Número	77	88	
	Desvio Padrão	262	398	
2º quartil	Média	1.098	1.642	49,49
	Número	82	88	
	Desvio Padrão	271	373	
3º quartil	Média	1.196	1.656	38,51
	Número	72	83	
	Desvio Padrão	349	410	
4º quartil	Média	1.206	1.714	42,09
	Número	83	86	
	Desvio Padrão	337	377	
Total	Média	1.148	1.700	48,08
	Número	314	345	
	Desvio Padrão	310	392	

Fonte: RAIS (2008, 2012, 2016). Dados trabalhados pela autora.*Valores da remuneração padronizados com INPC 2017.

Uma das questões chaves no debate sobre o PSPN é articulação entre o piso e a carreira dos professores, ou seja, a necessidade de uma política que propicie a valorização ou a atratividade da profissão na entrada, que não signifique achatamento do teto de vencimentos. O crescimento em ritmo mais acelerado das remunerações dos professores iniciantes, em relação ao total de professores, pode sugerir certo congelamento das carreiras. Frente a essa preocupação, verificou-se a relação entre a média total e a média de remuneração dos professores iniciantes, por meio da tabela 8. Nessa forma de organização dos dados, aparece uma diferença interessante entre a realidade dos pequenos e dos grandes municípios.

Em 2008, nos menores municípios do Paraná, a relação entre a remuneração dos professores iniciantes e de todos os professores era de 66%. Nos grandes municípios, a relação era de 76%. Em 2016, o quadro se inverteu. Os municípios menores, que tiveram um crescimento expressivo na média das remunerações dos professores iniciantes, passaram a ter uma relação entre a média dos iniciantes e a média de remuneração total dos professores de 77%, enquanto nos grandes municípios a relação caiu para 70%.

Tabela 8

Média de remuneração dos professores das redes municipais do Paraná, iniciantes e total de professores, agrupados por faixa da população

Faixa de tamanho da população	2008					2016					relação iniciantes/todos
	Todos		Iniciante		relação iniciantes / todos	Todos		Iniciante			
	R	CH	R	CH		R	CH	R	CH		
até cinco mil habitantes	1.103	26	1.671	26	66	1.772	27	2.292	27	77	
de 5 a 10 mil habitantes	1.124	26	1.673	27	67	1.706	27	2.327	26	73	
de 10 a 20 mil habitantes	1.166	27	1.546	27	75	1.603	27	2.264	26	71	
de 20 a 50 mil habitantes	1.188	28	1.597	26	74	1.724	27	2.311	25	75	
mais de 50 mil habitantes	1.219	27	1.585	24	77	1.724	28	2.442	25	71	

Fonte: RAIS (2008, 2012, 2016). Dados trabalhados pela autora.*Valores da remuneração padronizados com INPC 2017 R= remuneração; CH= Carga horária semanal.

Essa variação, por um lado, parece evidenciar a efetividade da pauta do PSPN; por outro, também explicita possibilidade de carreiras muito curtas ou da não efetividade de planos de carreira. De modo geral, o quadro até aqui conduz a uma outra questão: em que medida essas médias de remuneração atendem à ideia preconizada na legislação brasileira quanto à valorização do magistério (Constituição Federal de 1988; LDB 9394/1996)? A ideia de valorização traduziu-se na necessidade de remuneração condigna preceituada nos objetivos, tanto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF (Emenda 14 de 1996), quanto na sua substituição pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (Emenda 53 de 2007). Os estudos de Alves e Pinto (2011), que confrontam a média de salários com outras profissões de mesma formação, e o estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que analisa os indicadores para a meta 17 do PNE, referente à necessidade de equiparação do salário dos professores aos demais profissionais com a mesma formação (INEP, 2016), desvelam a dificuldade na efetivação do sentido de dignidade à remuneração dos professores.

O problema específico da baixa atratividade da carreira do magistério é recorrente e tem sido reconhecido em diversos estudos (Gatti, 2009; Subirá, 2012). Entretanto, outro aspecto a ser mencionado após 2003 são os efeitos de baixos salários ao longo da carreira, em relação às condições de aposentadoria. A mudança constitucional de 2003 quebrou a isonomia entre servidores públicos da ativa e aposentados, além de fixar que os servidores públicos se aposentam com 80% da média aritmética das maiores remunerações recebidas (Rafanhim, 2013). Esse mecanismo implica alteração nas formas de progressão previstas nos planos de carreira, evidenciando que salários iniciais baixos, além de não atraírem os estudantes para a profissão (Gatti, 2009), ainda passam a diminuir as perspectivas de uma aposentadoria digna. Diferenças nas condições de remuneração entre o início e o final da carreira não são uma exclusividade brasileira. Um levantamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) evidencia diferenças importantes entre os países: enquanto na Grécia, na Hungria e na Espanha os professores levam até

35 anos para chegar aos mais altos salários, na Austrália, no Reino Unido e na Nova Zelândia, por exemplo, o topo pode ser conquistado em menos de dez anos (OCDE, 2017). Pesquisa recente sobre a percepção de professores no tocante à qualidade de vida no Brasil cita, entre as principais preocupações, as baixas remunerações após a aposentadoria, elemento que amplia o sentimento de insatisfação profissional (Grochoska 2015).

Frente a esse quadro de questões, está a centralidade da remuneração de professores no âmbito da política educacional. Para avançar na perspectiva de que as desigualdades de remuneração têm relação não apenas com fatores objetivos das condições econômicas dos municípios, avaliam-se as condições de organização da categoria.

À Guisa de Conclusão: É Possível Estabelecer Relação entre Condições de Remuneração e a Organização Sindical dos Professores no Paraná

Ferreira Junior e Bittar (2006) associam o crescimento da organização sindical docente ao processo de proletarização do magistério, definida tanto em termos culturais quanto econômicos. As investigações de Ferraz e Gindin (2014) e Vicentine e Lugli (2009) também levam a ponderar que a ampliação da organização sindical docente se deve a uma longa e lenta construção da perspectiva de categoria, primeiramente na chave associativista. Depois, a partir da Constituição de 1988, com a autorização para a sindicalização no setor público, a capacidade associativista converteu-se em organização sindical. Especificamente nessa segunda chave, Ferraz argumenta que os diversos sindicatos municipais e estaduais de docentes são devedores legais da possibilidade jurídica oferecida pela Constituição de 1988, mas, fundamentalmente, são expressões do reconhecimento social e político de um agrupamento que conquistou status profissional e técnico na sociedade, ao longo de mais de um século de atuação (Ferraz, 2012, p. 25).

Levando-se em conta as diferentes possibilidades de organização no estado do Paraná, infere-se que tanto a estrutura sistêmica de exploração do trabalho e de organização da oferta educacional no Brasil quanto a capacidade associativista incrustada nas relações locais do mundo da vida são dimensões do processo de fortalecimento do sindicalismo docente na educação básica. Nesse processo de construção da organização dos docentes, as condições objetivas de trabalho, em que a remuneração tem lugar de destaque, e as condições subjetivas de pertencimento a um projeto educacional que dá uma imagem para a profissão e para escola (Gindin, 2011) ou que tira o sentido profissional, devido à intensificação do trabalho e ao controle externo sobre o trabalho docente, entre outras dimensões (Oliveira, 2010, Stoleroff & Santos, 2012), são elementos que se articulam para compreender a organização ou a desorganização dos trabalhadores.

Nesse cenário, chega-se ao cotejamento das condições de remuneração com as formas de organização sindical no Paraná. A remuneração é parte central das condições objetivas de trabalho, mas também contribui para conformar a perspectiva subjetiva de valorização ou não da profissão. Os dados são inconclusivos, ou seja, não há uma explicação definitiva sobre as condições de remuneração no elemento político da organização sindical que proporcione inferências de causa e consequência. Entretanto, podem-se indicar tendências e aproximações.

Algumas das características evidenciadas no panorama geral da remuneração de professores nas redes municipais de ensino do Paraná e o mapeamento das entidades sindicais, discutidas nas sessões anteriores, vêm reafirmar o contexto do debate sobre a remuneração e a organização sindical: houve crescimento da média de remuneração dos professores no período de 2008 a 2016,

medindo-se o crescimento real pelo INPC; os professores iniciantes, com até três anos de serviço, tiveram reajustes acima da inflação e maiores que o conjunto de professores; a distância entre a média de remuneração dos iniciantes e do conjunto de professores tendencialmente diminuiu nos municípios pequenos e com menor PIB, aproximando potencialmente os salários iniciais do teto dos salários; a distância entre a média de todos os professores e a média dos iniciantes, nos municípios maiores e mais ricos diminuiu, sugerindo que há elementos de progressão na carreira; a organização dos sindicatos próprios é tendencialmente mais presente nos grandes municípios; a APP-Sindicato tem forte presença nos municípios pequenos; a ausência de informação sobre a organização sindical é predominante nos pequenos municípios.

Os efeitos das negociações salariais no Brasil são para toda a categoria. Portanto, independentemente de quantos professores são filiados aos sindicatos em cada município, as negociações entre governos municipais e sindicatos são vinculatórias a todos os professores. A tabela 9 apresenta as condições de remuneração dos professores iniciantes, considerando apenas a sua média de remuneração. Em 2008, a menor média está entre os municípios em que não houve informação sobre organização sindical; em 2016, a média mais baixa localiza-se entre os municípios com professores representados pelos sindicatos próprios de servidores públicos municipais. A média do agrupamento de municípios com representação da APP-Sindicato estadual e com representação de sindicato intermunicipal ocupa posição intermediária em 2008. Em 2016, o agrupamento com representação pelo Sindicato Intermunicipal abrange as maiores médias de remuneração de iniciantes.

Tabela 9

Remuneração média dos professores iniciantes (até três anos de trabalho) dos professores de redes municipais de ensino no Paraná, por tipo de representação sindical

Tipo de entidade sindical	Medida	Iniciantes 2008	Iniciantes 2016	Movimento %
Associada à APP-Sindicato	Média	1.148	1.714	49
	Desvio Padrão	316	403	27
	Mínimo	700	950	36
	Máximo	2.824	2.788	- 1
Sindicato próprio de servidores	Média	1.154	1.675	45
	Desvio Padrão	287	389	36
	Mínimo	769	1.089	42
	Máximo	2.241	2.638	18
Sindicato Intermunicipal	Média	1.179	1.746	48
	Desvio Padrão	318	470	48
	Mínimo	791	1.146	45
	Máximo	1.624	2.798	72
Sindicato próprio de professores ou do magistério	Média	1.301	1.733	33
	Desvio Padrão	360	301	- 16
	Mínimo	833	1.347	62
	Máximo	1.849	2.190	18
Sem informação	Média	1.125	1.684	50
	Desvio Padrão	306	383	25
	Mínimo	575	876	52
	Máximo	2.391	2.881	21

Fonte: RAIS (2008, 2012, 2016). Dados trabalhados pela autora.*Valores da remuneração padronizados com INPC 2017

Ainda em busca de uma análise para indicar nuances do efeito da organização sindical sobre a média da remuneração dos professores iniciantes, a tabela 9 mostra o desvio padrão das médias, além da menor média e a maior média em cada subgrupo. Tanto em 2008 quanto em 2016, as cidades com as menores médias de remuneração estão no grupo onde não se identificou organização sindical. As maiores médias, em 2008, estão no grupo de cidades com representação pela APP-Sindicato; em 2016, no entanto, esse grupo exibe uma pequena perda.

A tabela 10, por sua vez, traz os dados do conjunto dos professores em relação à média da remuneração, agrupando as cidades por tipo de representação sindical encontrada. Quando se abrange o conjunto dos professores, as menores médias, em 2008, estão no agrupamento de municípios com sindicatos próprios. No ano de 2012, entre as cidades com representação da APP-Sindicato; em 2006, nas cidades com representação de sindicatos intermunicipais. O desvio padrão dentro dos agrupamentos aumenta apenas no caso dos Sindicatos próprios de servidores. As médias de todos os professores levam a crer que a ação sindical não tem um efeito diferencial em nenhum grupo.

Tabela 10

Remuneração média do conjunto dos professores de redes municipais de ensino no Paraná, por tipo de representação sindical

Tipo de entidade sindical	Medida	2008	2016	Movimento %
Associada a APP-Sindicato	Média	1.614	2.290	42
	Desvio Padrão	471	459	- 3
	Mínimo	842	1.197	42
	Máximo	4.402	4.749	8
Sindicato próprio de servidores	Média	1.602	2.334	46
	Desvio Padrão	371	492	33
	Mínimo	971	1.522	57
	Máximo	2.707	4.084	51
Sindicato Intermunicipal	Média	1.690	2.240	33
	Desvio Padrão	437	335	- 23
	Mínimo	1.106	1.856	68
	Máximo	2.241	3.012	34
Sindicato próprio de professores ou do magistério	Média	1.556	2.263	45
	Desvio Padrão	571	344	- 40
	Mínimo	794	1.699	114
	Máximo	2.838	2.978	5
Sem informação	Média	1.639	2.346	43
	Desvio Padrão	463	462	- 0
	Mínimo	969	1.609	66
	Máximo	4.170	4.078	- 2

Fonte: RAIS (2008, 2012, 2016). Dados trabalhados pela autora.*Valores da remuneração padronizados com INPC 2017

Dada a constatação de que, com as medidas utilizadas, não se chegou a uma relação explicativa para as variações médias salariais dos municípios que levasse a afirmar que o tipo de organização sindical faria diferença para as condições objetivas de remuneração, na tabela 11 decidiu-se realizar um último cotejamento dos dados incluindo, simplesmente, a riqueza e a existência ou não de organização sindical.

Tabela 11

Média das remunerações de professores nos municípios paranaenses, com e sem organização sindical- 2008 e 2016

Existe informação sobre sindicato			Iniciantes 2008	Iniciantes 2016	Todos 2008	Todos 2016	Aumento Iniciantes	Aumento Todos
PIB corrente em quartis	1º quartil	Não	1.110,15	1.785,88	1.693,69	2.304,35	60,87	36,05
		Sim	1.081,34	1.789,04	1.708,43	2.222,99	65,45	30,12
	2º quartil	Não	1.132,47	1.568,14	1.510,06	2.419,91	38,47	60,25
		Sim	1.079,36	1.683,53	1.658,19	2.348,74	55,98	41,64
	3º quartil	Não	1.135,71	1.708,89	1.630,18	2.330,50	50,47	42,96
		Sim	1.213,13	1.640,91	1.571,38	2.285,36	35,26	45,44
	4º quartil	Não	1.142,10	1.576,31	1.896,93	2.020,17	38,02	6,50
		Sim	1.213,95	1.729,95	1.557,87	2.314,21	42,51	48,55

Fonte: RAIS (2008, 2012, 2016). Dados trabalhados pela autora.*Valores da remuneração padronizados com INPC 2017

No grupo dos municípios mais pobres, 1º quartil do Produto Interno Bruto (PIB) corrente, a média da remuneração dos professores iniciantes mostra um incremento de 5 pontos a mais que no conjunto de professores. Não obstante, o mesmo efeito não se concretiza para o conjunto dos professores. Entre os municípios agrupados no segundo quartil, há uma relação trocada: entre os iniciantes, o maior incremento localiza-se para o grupo de municípios com organização sindical, ao passo que, para o conjunto dos professores, o incremento maior está no grupo de municípios sem organização. O terceiro quartil apresenta o incremento para os iniciantes em municípios sem organização sindical e um incremento maior para todos os municípios com maior organização. Entre os municípios com maior riqueza no estado, os incrementos nas médias de remuneração são maiores para o grupo de municípios com sindicatos.

Depois desse longo caminho de reflexões, sob o ponto de vista da compreensão dos determinantes da remuneração docente, reafirma-se a tese já indicada na literatura, de que a variação se explica, em parte, por fatores econômicos, mas há componentes políticos que burlam as expectativas mais lineares de relação entre riqueza e maior remuneração docente. Por outro lado, a identificação do componente político organização sindical também não se provou suficiente para construir evidências de variação na remuneração que propiciassem identificar um grau de eficácia na ação sindical medida de maneira simples na média de remuneração. Ainda que isso frustre, em alguma medida, parte dos objetivos da pesquisa, reforça a perspectiva de que é preciso entender melhor as formas de composição da remuneração. Há elementos sistêmicos fortes nos resultados encontrados especialmente no crescimento da média de remuneração dos professores iniciantes que se coaduna com a pauta sindical do PSNP, por outro lado a organização federativa brasileira e a presença de milhares de sistemas municipais de educação parece dar sentido para a fragmentação também das entidades de representação. Estes dois elementos sistêmicos abrem um leque de perguntas sobre as relações locais da ação sindical docente. Instala-se, assim, uma inquietação sobre as formas de ação das entidades sindicais nos processos de negociação. Aproximar o debate dos casos para compreender que reivindicações as organizações sindicais fizeram nesse período e como isso teve ou não impacto nesse ciclo de incremento das médias salariais dos professores no estado do Paraná pode ajudar na compreensão da política pública de valorização do magistério. Num momento em que se testemunha o recrudescimento das possibilidades de investimento público em educação, a resistência corporativa e comprometida com a política educacional impõe mais um desafio para as entidades sindicais docentes. O cruzamento do mapa da representação sindical e da

remuneração docente aqui realizado pode veicular elementos para análise dos desafios de alocação dos orçamentos públicos e dos atores envolvidos no processo.

Referências

- Alves, T., & Pinto, J. M. R. (2011). Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: Um aporte dos dados do Censo Escolar e da PNAD. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas. Impresso), 41, 1-10. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000200014>
- Amaoko, S. (2014). Black board struggles: Teacher unionism under the “democratic” Rawlings Regime 1992-2000. *Ghana Studies*, 17(1), 7-38. <https://doi.org/10.1353/ghs.2014.0007>
- APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Paraná. (2013). Estatuto. Disponível em www.app.org.br.
- Avritzer, L. (1996). *A moralidade da democracia*. São Paulo: Perspectiva.
- Caetano, E. F. S. (2017). Os ordenados pagos aos professores de primeiras letras às políticas de Valorização Profissional e Social. *FINEDUCA: Revista de Financiamento da Educação*, 7, 1-17. <https://doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v7-75191>
- Camargo, R. B., Gil, J., Gouveia, A. B., & Minhoto, M. A. P. (2009). Financiamento da educação e remuneração docente: Um começo de conversa em tempos de piso salarial. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 25, 341-363.
- Camargo, R. B., & Jacomini, M. A. (1996). Carreira e salário do pessoal docente da Educação Básica: Algumas demarcações legais. *Educação em Foco* (Belo Horizonte), 1, 129-167, 2011.
- Cassetari, N. (2010). *Remuneração variável para professores: Revisão de literatura e desdobramentos no Estado de São Paulo*. [Dissertação de mestrado]. São Paulo, Programa e Pós-Graduação em Educação.
- Cook, J. B. (2018). The effect of charter competition on unionized district revenues and resource allocation. *Journal of Public Economics*. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2017.12.003>
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (2018). Diretrizes éticas. In: <http://cnpq.br/diretrizes>
- Fernandes, M. D. E., & Rodriguez, M. V. (2011). O processo de elaboração da Lei N. 11.738/2008 (Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para Carreira e Remuneração Docente): Trajetória, disputas e tensões. *Revista HISTEDBR On-line*, 41, 88-101. <https://doi.org/10.20396/rho.v11i41.8639837>
- Ferraz, M. (2012). Sindicalismo docente no Brasil: Elementos para uma análise. In: A. B. Gouveia & M. Ferraz, *Educação e conflito: Luta sindical docente e novos desafios* (1 ed.; pp 17-45) .Curitiba: Appris.
- Ferraz, M., & Gouveia, A. B. (2012). *Educação e conflito: Luta sindical docente e novos desafios*. Curitiba, Appris.
- Ferreira Junior, A., & Bittar, M. (2006). A ditadura militar e a proletarização dos professores. *Educação & Sociedade*, Campinas, 27(97), 1159-1179. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000400005>
- Gandin, J. (2015). *Por nós mesmos: O sindicalismo docente de base na Argentina, no Brasil e no México*. Rio de Janeiro: Azougue.
- Gandin, J. (2012). La tradición sindical y la explicación de las prácticas sindicales. Conclusión de una comparación internacional sobre los docentes del sector público. *Revista Latino Americana de Estudios do Trabalho*, 16(26), 119-143.
- Ferraz, M. A. S., & Gandin, J. (2014). Sindicalismo docente no Governo Lula: Desafios, protagonismo e fragmentação. In: R. V. Oliveira, M. A. Bridi, & M. Ferraz, *O Sindicalismo na Era Lula: Paradoxos, perspectivas e olhares* (1ed.; 283-303). Belo Horizonte: Fino Traço.

- Gatti, B., & Barreto, E. (2009). *Professores do Brasil: Impasses e desafios*. Brasília: UNESCO.
- Gouveia, A. B., & Bassi, M. E. (2016). Vencimento dos professores no contexto das finanças públicas do Paraná e de Santa Catarina, Brasil. *Revista Educação em Questão* (on line), 54, 101-128. <https://doi.org/10.5935/1981-1802.20160005>
- Grochoska, M. (2015). *Políticas educacionais e a valorização do professor: Carreira e qualidade de vida dos professores de educação básica do Município de São José dos Pinhais / Pr.* (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná.
- Habermas J. (1999). *A crise de legitimação do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Harrys, D. C. (2007). *The promises and pitfalls of alternative teacher compensation approaches*. Boulder Colorado: NEPC. <https://nepc.colorado.edu/publication/the-promises-and-pitfalls-alternative-teacher-compensation-approaches>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (2016). *Relatório do primeiro ciclo de monitoramento do Plano Nacional de Educação*. Brasília, DF: INEP.
- Liang, G., Zhang, Y., Huang, H., & Qiao, Z. (2015). Teacher incentive pay programs in the United States: Union influence and district characteristics. *International Journal of Policy and Leadership*, 10(3). <https://doi.org/10.22230/ijep.2015v10n3a491>
- Morduchowicz, A. (2003, junho). Carreiras, incentivos e estruturas salariais docentes. *Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe*.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2017). *Education at a Glance 2017: OECD Indicators*. Paris: OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2017-en>
- Oliveira, D A. (2010). Os trabalhadores docentes e a construção política da profissão docente no Brasil. *Educar em Revista* (Impresso), 1, 17-36. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000400002>
- Rafanhim, L. (2003). *Planos de carreira dos servidores públicos depois da Reforma Previdenciária de 2003*. Revista L&C:Revista de Licitações e contratos, v. 16, n. 181, p. 43–45, jul., 2013.
- Souza, Â. R., & Abreu, D. (2016). Ingresso na carreira docente: As experiências de Brasil e Chile. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives*, 24(72), 72-92. <https://doi.org/10.14507/epaa.24.1988>
- Stoleroff, A., & Santos, P. (2012). Fragmentos de vidas profissionais de professores: Vivências e reações às recentes reformas educativa. In *VII Congresso Português de Sociologia*, Universidade do Porto. <https://doi.org/10.14507/epaa.24.1988>
- Subirá, J. (2012) Remuneração inicial dos professores das redes municipais do Paraná no contexto municipal. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, 94(237), 429-472. Recuperado em <https://doi.org/10.1590/S2176-66812013000200006>
- Tardif, M., & Lessard, C. (2005). *O trabalho docente: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis: Vozes.
- Vicentini, P. P., & Lugli, R. (2009). *História da profissão docente no Brasil*. São Paulo: Cortês.
- Vieira, F. M. (2007). O. Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docentes. *Educação & Sociedade*, 28, (99), 377-399. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000200005>

Sobre o Autora

Andréa Barbosa Gouveia

Universidade Federal do Paraná

andreabg@ufpr.br

<https://orcid.org/0000-0002-8260-2720>

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (1995), mestrado (2002) e doutorado (2008) em Educação pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, área de concentração Estado, Sociedade e Educação. Atualmente é professora da Universidade Federal do Paraná onde atua no Núcleo de Pesquisa em Políticas Educacionais (NUPE). É professora do curso de Pedagogia. Está credenciada no Programa de Pós Graduação em Educação da UFPR na linha de pesquisa em Políticas Educacionais.

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 27 Número 92

12 de agosto 2019

ISSN 1068-2341



Os leitores podem copiar, exibir, distribuir e adaptar este artigo, desde que o trabalho seja atribuído a/o/s autor/a/es e a revista **Analíticos de Políticas Educativas**, as alterações são identificadas e a mesma licença aplica-se ao trabalho derivado. Más informação da licença de Creative Commons encontram-se em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.0/>. AAPE/EPAA é publicada por *Mary Lou Fulton Institute Teachers College da Arizona State University*. Os textos publicados em **AAPE** são indexados por CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, Espanha) DIALNET (Espanha), [Directory of Open Access Journals](#), Education Full Text (H.W. Wilson), EBSCO Education Research Complete, ERIC, QUALIS A1 (Brasil), SCImago Journal Rank; SCOPUS, SOCOLAR (China).

Curta a nossa comunidade EPAA's Facebook <https://www.facebook.com/EPAAAPE> e Twitter feed @epaa_aape.

arquivos analíticos de políticas educativas
 conselho editorial Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editoras Associadas: **Kaizo Iwakami Beltrao**, (Brazilian School of Public and Private Management - EBAPE/FGV, Brazil), **Geovana Mendonça Lunardi Mendes** (Universidade do Estado de Santa Catarina), **Gilberto José Miranda**, (Universidade Federal de Uberlândia, Brazil), **Marcia Pletsch, Sandra Regina Sales** (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Almerindo Afonso
 Universidade do Minho
 Portugal

Alexandre Fernandez Vaz
 Universidade Federal de Santa
 Catarina, Brasil

José Augusto Pacheco
 Universidade do Minho, Portugal

Rosanna Maria Barros Sá
 Universidade do Algarve
 Portugal

Regina Célia Linhares Hostins
 Universidade do Vale do Itajaí,
 Brasil

Jane Paiva
 Universidade do Estado do Rio de
 Janeiro, Brasil

Maria Helena Bonilla
 Universidade Federal da Bahia
 Brasil

Alfredo Macedo Gomes
 Universidade Federal de
 Pernambuco Brasil

Paulo Alberto Santos Vieira
 Universidade do Estado de Mato
 Grosso, Brasil

Rosa Maria Bueno Fischer
 Universidade Federal do Rio
 Grande do Sul, Brasil

Jefferson Mainardes
 Universidade Estadual de Ponta
 Grossa, Brasil

Fabiany de Cássia Tavares Silva
 Universidade Federal do Mato
 Grosso do Sul, Brasil

Alice Casimiro Lopes
 Universidade do Estado do Rio de
 Janeiro, Brasil

Jader Janer Moreira Lopes
 Universidade Federal Fluminense e
 Universidade Federal de Juiz de
 Fora, Brasil

António Teodoro
 Universidade Lusófona
 Portugal

Suzana Feldens Schwertner
 Centro Universitário Univates
 Brasil

Debora Nunes
 Universidade Federal do Rio
 Grande do Norte, Brasil

Lílian do Valle
 Universidade do Estado do Rio de
 Janeiro, Brasil

Flávia Miller Naethe Motta
 Universidade Federal Rural do Rio
 de Janeiro, Brasil

Alda Junqueira Marin
 Pontifícia Universidade Católica de
 São Paulo, Brasil

Alfredo Veiga-Neto
 Universidade Federal do Rio
 Grande do Sul, Brasil

Dalila Andrade Oliveira
 Universidade Federal de Minas
 Gerais, Brasil

archivos analíticos de políticas educativas consejo editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editores Asociados: **Armando Alcántara Santuario** (Universidad Nacional Autónoma de México), **Angelica Buendia**, (Metropolitan Autonomous University), **Alejandra Falabella** (Universidad Alberto Hurtado, Chile), **Veronica Gottau** (Universidad Torcuato Di Tella), **Antonio Luzon**, (Universidad de Granada), **José Luis Ramírez**, (Universidad de Sonora), **Paula Razquin** (Universidad de San Andrés), **Maria Alejandra Tejada-Gómez** (Pontificia Universidad Javeriana, Colombia)

Claudio Almonacid

Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Chile

Miguel Ángel Arias Ortega

Universidad Autónoma de la Ciudad de México

Xavier Besalú Costa

Universitat de Girona, España

Xavier Bonal Sarro Universidad Autónoma de Barcelona, España

Antonio Bolívar Boitia

Universidad de Granada, España

José Joaquín Brunner

Universidad Diego Portales, Chile

Damián Canales Sánchez

Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación, México

Gabriela de la Cruz Flores

Universidad Nacional Autónoma de México

Marco Antonio Delgado Fuentes

Universidad Iberoamericana, México

Inés Dussel, DIE-

CINVESTAV, México

Pedro Flores Crespo

Universidad Iberoamericana, México

Ana María García de Fanelli

Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES) CONICET, Argentina

Juan Carlos González Faraco

Universidad de Huelva, España

María Clemente Linuesa

Universidad de Salamanca, España

Jaume Martínez Bonafé

Universitat de València, España

Alejandro Márquez Jiménez

Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

María Guadalupe Olivier

Tellez, Universidad Pedagógica Nacional, México

Miguel Pereyra Universidad de

Granada, España

Mónica Pini Universidad

Nacional de San Martín, Argentina

Omar Orlando Pulido Chaves

Instituto para la Investigación Educativa y el Desarrollo Pedagógico (IDEP)

José Ignacio Rivas Flores

Universidad de Málaga, España

Miriam Rodríguez Vargas

Universidad Autónoma de Tamaulipas, México

José Gregorio Rodríguez

Universidad Nacional de Colombia, Colombia

Mario Rueda Beltrán Instituto de

Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

José Luis San Fabián Maroto

Universidad de Oviedo, España

Jurjo Torres Santomé,

Universidad de la Coruña, España

Yengny Marisol Silva Laya

Universidad Iberoamericana, México

Ernesto Treviño Ronzón

Universidad Veracruzana, México

Ernesto Treviño Villarreal

Universidad Diego Portales Santiago, Chile

Antoni Verger Planells

Universidad Autónoma de Barcelona, España

Catalina Wainerman

Universidad de San Andrés, Argentina

Juan Carlos Yáñez Velazco

Universidad de Colima, México

education policy analysis archives
editorial board

Lead Editor: **Audrey Amrein-Beardsley** (Arizona State University)

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Associate Editors: **David Carlson, Lauren Harris, Eugene Judson, Mirka Koro-Ljungberg, Scott Marley, Molly Ott, Iveta Silova** (Arizona State University)

Cristina Alfaro
San Diego State University

Gary Anderson
New York University

Michael W. Apple
University of Wisconsin, Madison

Jeff Bale
University of Toronto, Canada
Aaron Bevanot SUNY Albany

David C. Berliner
Arizona State University
Henry Braun Boston College

Casey Cobb
University of Connecticut

Arnold Danzig
San Jose State University

Linda Darling-Hammond
Stanford University

Elizabeth H. DeBray
University of Georgia

David E. DeMatthews
University of Texas at Austin

Chad d'Entremont Rennie Center
for Education Research & Policy

John Diamond
University of Wisconsin, Madison

Matthew Di Carlo
Albert Shanker Institute

Sherman Dorn
Arizona State University

Michael J. Dumas
University of California, Berkeley

Kathy Escamilla
University of Colorado, Boulder

Yariv Feniger Ben-Gurion
University of the Negev

Melissa Lynn Freeman
Adams State College

Rachael Gabriel
University of Connecticut

Amy Garrett Dikkers University
of North Carolina, Wilmington

Gene V Glass
Arizona State University

Ronald Glass University of
California, Santa Cruz

Jacob P. K. Gross
University of Louisville

Eric M. Haas WestEd

Julian Vasquez Heilig California
State University, Sacramento

Kimberly Kappler Hewitt
University of North Carolina
Greensboro

Aimee Howley Ohio University

Steve Klees University of Maryland

Jaekyung Lee SUNY Buffalo

Jessica Nina Lester
Indiana University

Amanda E. Lewis University of
Illinois, Chicago

Chad R. Lochmiller Indiana
University

Christopher Lubienski Indiana
University

Sarah Lubienski Indiana University

William J. Mathis
University of Colorado, Boulder

Michele S. Moses
University of Colorado, Boulder

Julianne Moss
Deakin University, Australia

Sharon Nichols
University of Texas, San Antonio

Eric Parsons
University of Missouri-Columbia

Amanda U. Potterton
University of Kentucky

Susan L. Robertson
Bristol University

Gloria M. Rodriguez
University of California, Davis

R. Anthony Rolfe
University of Houston

A. G. Rud
Washington State University

Patricia Sánchez University of
University of Texas, San Antonio

Janelle Scott University of
California, Berkeley

Jack Schneider University of
Massachusetts Lowell

Noah Sobe Loyola University

Nelly P. Stromquist
University of Maryland

Benjamin Superfine
University of Illinois, Chicago

Adai Tefera
Virginia Commonwealth University

A. Chris Torres
Michigan State University

Tina Trujillo
University of California, Berkeley

Federico R. Waitoller
University of Illinois, Chicago

Larisa Warhol
University of Connecticut

John Weathers University of
Colorado, Colorado Springs

Kevin Welner
University of Colorado, Boulder

Terrence G. Wiley
Center for Applied Linguistics

John Willinsky
Stanford University

Jennifer R. Wolgemuth
University of South Florida

Kyo Yamashiro
Claremont Graduate University

Miri Yemini
Tel Aviv University, Israel